Clipping

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias do dia 08 de janeiro

MAGA ZINE



Rafaella Pessoa

Neil Thomson, na regência de um de seus concertos na Orquestra Filarmônica de Goiás: desde 2014 o maestro é regente e diretor artístico do grupo

Para manter o tom

POLÍTICA CULTURAL

Estado já cogita possibilidade de contrato com OS para garantir funcionamento da Orquestra Filarmônica de Goiás

Bruno Félix
bruno.felix@opopular.com.br

Um imbróglio jurídico coloca em risco o funcionamento da Orquestra Filarmônica de Goiás (OFG), motivo de orgulho para os goianos. Os músicos – 50 no total – atualmente têm contrato temporário e nesse regime de trabalho não podem atuar mais, segundo recomendação do Tribunal de Contas do Estado, que constatou ilegalidade. Algumas alternativas para resolver a situação estão na mesa, como recontratar o corpo sinfônico em cargos públicos ou criar um edital de chamamento público para contratação de uma Organização Social (OS). Outra opção – mais dolorosa – seria o encerramento da OFG.

O prazo para desvinculação dos contratos temporários dos músicos da Filarmônica – recomendado pelo TCE – foi de 90 dias e venceu no início do segundo semestre de 2019. Um pedido de prorrogação foi feito para se criar um novo modelo de gestão, mas ainda não foi deferido ou indeferido. A opção mais forte ventilada nos corredores da Orquestra é da volta da administração por OS e um chamamento público deve ser feito nos próximos dias para seleção da empresa. A justificativa, de acordo com o que foi apurado pela reportagem, é que essa proposta é a melhor alternativa para resolver o problema rápido.

Como o prazo é curto, a melhor alternativa deve ser o chamamento para a contratação de uma OS, já em fase de deliberação, explica uma das fontes ouvidas pela reportagem. A ideia nasceu ante o reconhecimento de ilegalidade dos contratos temporários dos músicos e que é preciso uma solução "urgente". A Secretaria Estadual de Cultura (Secult Goiás) se esquivou de três de quatro questionamentos específicos do POPULAR. Em nota, disse que "o trabalho é, naturalmente, para manter a Orquestra e também para ter sempre os melhores maestros do Brasil e do mundo; além de um modelo econômico e de bom custo-benefício".

Por e-mail, a reportagem havia questionado se o governo pretende manter a Filarmônica; se o contrato do maestro será ampliado, já que ele se encerra em abril e tem opção de renovação; sobre como funcionaria um modelo de OS; e sobre qual seria a previsão de edital de chamamento público. A estreia da temporada 2020 está prevista para 12 de março, no Oscar Niemeyer.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Ser administrada por uma entidade não governamental não seria uma novidade para a Filarmônica, que não traz boas lembranças. Em junho de 2017, o grupo passou a ser gerido pela Elysium Sociedade Cultural para contrato de quatro anos. O casamento não foi bem-sucedido e durou menos de um ano, com suspensão de contrato e elaboração de dossiê da Filarmônica contra a empresa.

A parceria terminou de forma nada amigável. Falta de conhecimento no segmento, intromissão nas decisões artísticas que são tomadas pelo maestro inglês Neil Thomson e o não pagamento de cachês de convidados foram alguns dos problemas então apontados pela Orquestra. Havia também insatisfação dos músicos e da administração da Filarmônica. Na época, a Elysium culpou a burocracia dos termos do contrato e afirmou que o rompimento ocorreu principalmente por questão financeira porque o valor era pequeno para o nível de exigência. O acordo foi suspenso e a rescisão ocorreu em julho de 2018.

A Idesa, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), assumiu a gestão, sem edital. No primeiro ano do governo Caiado, os músicos foram contratados como temporários. Mas, segundo o TCE, esse tipo de contrato fere o artigo 37, incisos 5 e 9, da Constituição Federal. Segundo a legislação, cargos em comissão devem ser exercidos por servidores de carreira e o tempo de contrato deve ser determinado para atender a necessidade de interesse público. Ou seja, não poderia haver contratação e posteriormente uma desoneração da função.

Opções de gestão

Dentro da Filarmônica de Goiás, o modelo de gestão por meio de uma OS é bem visto, apesar da falta de sucesso na tentativa anterior. Para seguir, o processo depende de dados, precificação e previsão de dotação orçamentária. "O que houve naquela época foi uma indisposição dos dois lados. Agora é fazer novo chamamento e evitar os erros do passado", disse uma fonte, sinalizando que esse deve ser o caminho para a continuidade da Filarmônica de Goiás. Já a alternativa de contratar o corpo sinfônico em cargos públicos está praticamente descartada por conta da situação financeira do Estado. A opção mais drástica seria o fechamento da Filarmônica, mas pelo que apurou a reportagem, isso é tido como "inviável". A Orquestra, aliás, já tem 21 concertos agendados para o primeiro semestre de 2020, entre temporada principal, concertos de câmara, didáticos e a turnê estadual. Além disso, a participação no Festival de Inverno de Campos do Jordão, o maior de música clássica do Brasil, está confirmada – a OFG participa desde 2014. Também será lançado neste ano o disco com obras de Claudio Santoro. O CD será pago pela gravadora internacional Naxos em parceria com o Itamaraty.

Histórico de percalços

Apesar do prestígio nacional, passar por instabilidades faz parte da história da Orquestra Filarmônica de Goiás. Em 2014, quando o maestro Neil Thomson assumiu a regência do grupo e a gestão era da Oscip Idesa, vários concertos foram cancelados por falta de recursos e a sombra do fechamento tomou conta do grupo. O cenário repetiu-se em 2018, quando a programação nacional teve algumas baixas, assim como as apresentações internacionais não foram realizadas. O ponto alto da crise foi quando as partituras que vêm de fora ficaram retidas em São Paulo por causa do não pagamento de impostos.
Na temporada passada, com uma programação mais enxuta de concertos, a Orquestra por pouco não ficou de fora da 50ª edição do Festival Internacional de Campos do Jordão. Ao receber a notícia de que a Filarmônica não participaria do evento, os organizadores bancaram passagens, hospedagens, transporte e alimentação. O número de concertos também foi menor no ano. Todas essas incertezas que rondaram o grupo sinfônico nos últimos anos colocaram por muitas vezes o nome de Neil Thomson na Sinfônica de São Paulo (Osesp), regência que está sob a batuta do suíço Thierry Fischer.

Estado adere instrução normativa para adequar publicidade do governo à recomendação do TCE

Eduardo Pinheiro

Monitoramento do **Tribunal de Contas do Estado** (TCE) identificou 124 registros de publicidade do Executivo goiano, entre 2015 e 2018, classificados com natureza de despesa não diretamente relacionadas à sua natureza. Somados, eles tiveram valor total empenhado superior a R$ 13 milhões.

Além disso, o monitoramento identificou possíveis gastos com publicidade e propaganda que não haviam sido consideradas para fins de exposição no Portal da Transparência do Estado. Através de um modelo de Inteligência Artificial, o órgão público analisou cerca de 152 mil empenhos registrados no sistema em poucos minutos.

O TCE detectou discrepâncias entre informações divulgadas no portal da transparência do Estado e os relatórios reportados ao Tribunal.

Instrução normativa

Como resultado, a Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) publicou na última sexta-feira, 3, a Instrução Normativa n° 02/2019, que atende à determinação, da relatora do processo, conselheira Carla Cíntia Santillo, que visa elaborar norma contendo o rol de naturezas de despesa relativas a gastos com publicidade e propaganda do Poder Executivo.

A **CGE** agora deverá dar ampla divulgação a todos os órgãos e entidades do Poder Executivo que utilizam o portal da transparência de Goiás para cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

A instrução normativa estabelece oito modalidades de aplicações diretas de despesas com publicidade, definindo como cada uma deve ser entendida.

Veja, no quadro, como ficou a classificação:

Site: https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/estado-adere-instrucao-normativa-para-adequar-publicidade-do-governo-a-recomendacao-do-tce-230096/